



TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2014



### Município de Gravatal

**Data de Fundação** – 29/12/1961

**População:** 11.148 habitantes (IBGE - 2013)

**PIB:** 92,18 (em milhões)  
(IBGE - 2012)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	7
3.1. Apuração do resultado orçamentário .....	7
3.2. Análise do resultado orçamentário.....	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias .....	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....	16
4.1. Situação Patrimonial .....	17
4.2. Análise do resultado financeiro .....	18
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos .....	19
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira .....	21
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES .....	24
5.1. Saúde.....	24
5.2. Ensino .....	26
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências .....	26
5.2.2. FUNDEB.....	28
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) .....	31
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município.....	31
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo .....	32
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo .....	33
6. CONSELHOS MUNICIPAIS.....	35
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB) .....	36
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS).....	37
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	40
6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.....	41
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) .....	43
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) .....	44

---

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa) .....	45
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010 .....	46
8. RESTRIÇÕES APURADAS .....	50
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2014.....	52
CONCLUSÃO .....	53
ANEXO .....	55
APÊNDICE.....	56

<b>PROCESSO</b>	<b>PCP 15/00148560</b>
<b>UNIDADE</b>	Município de <b>Gravatal</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Sr. Jorge Leonardo Nesi - Prefeito Municipal
<b>ASSUNTO</b>	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2014
<b>RELATÓRIO N°</b>	1456/2015

## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Gravatal, relativas ao exercício de 2014.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2014 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-77/2013, e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Gravatal, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 23/06/2015 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais

encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

O povoamento de Gravatal, como o da maior parte das cidades do sul do Estado, se deve ao deslocamento de moradores da Colônia de Santo Antônio dos Anjos da Laguna – a atual Laguna, que no passado abrangia toda a Região Sul. Em 1842, João Martins de Souza, um dos fundadores de Gravatal, estabeleceu-se no local, fez grandes lavouras de mandioca e cana-de-açúcar, construiu dois engenhos e dois alambiques e abriu estradas. Entre 1880 e 1885, chegaram as primeiras famílias de imigrantes italianos e em 1910, os alemães. Apesar da influência dessas etnias, a tradição açoriana dos primeiros colonizadores ainda é forte na cidade, tanto na arquitetura quanto nos hábitos populares. Gravatal foi elevada a município em dezembro de 1961. Suas terras férteis garantiam o suporte econômico através da agricultura, substituída pelo turismo como mola-mestra da economia local a partir da descoberta das termas.

O Município de Gravatal tem uma população estimada em 11.148<sup>2</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,76<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 92.179.445,00<sup>4</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 8.568,46, considerando uma população estimada em 2012 de 10.758 habitantes.

---

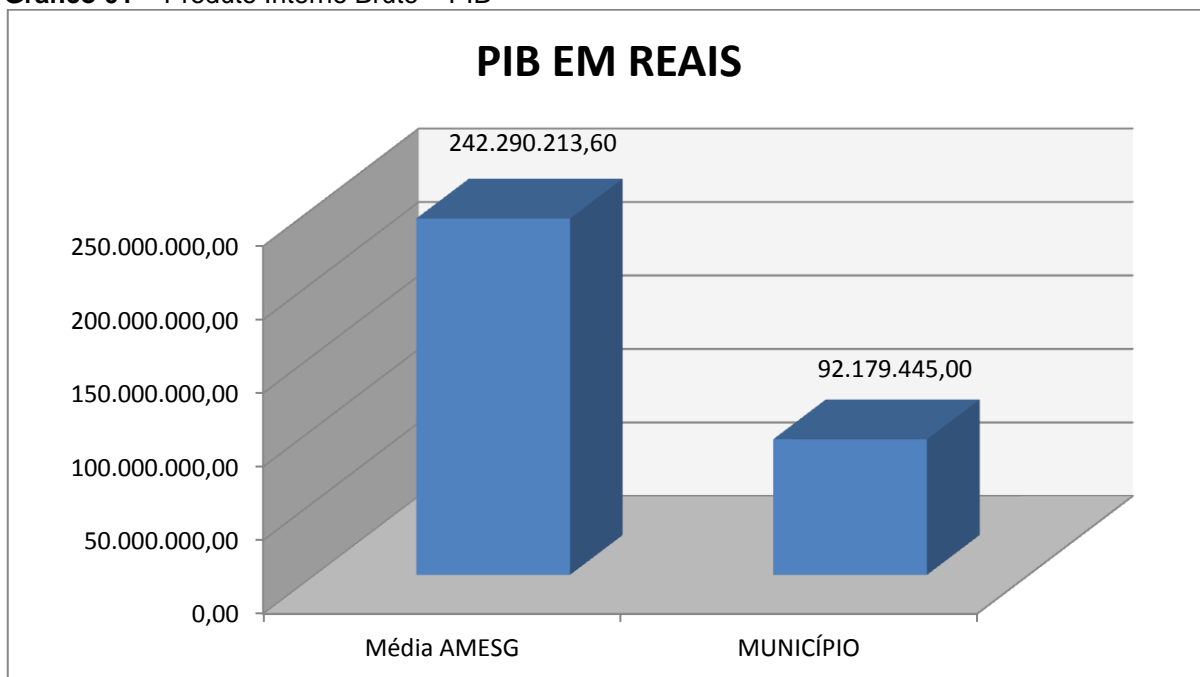
<sup>1</sup> Disponível em: [www.sc.gov.br/portalturismo](http://www.sc.gov.br/portalturismo)

<sup>2</sup> IBGE - 2013

<sup>3</sup> PNUD - 2010

<sup>4</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2012

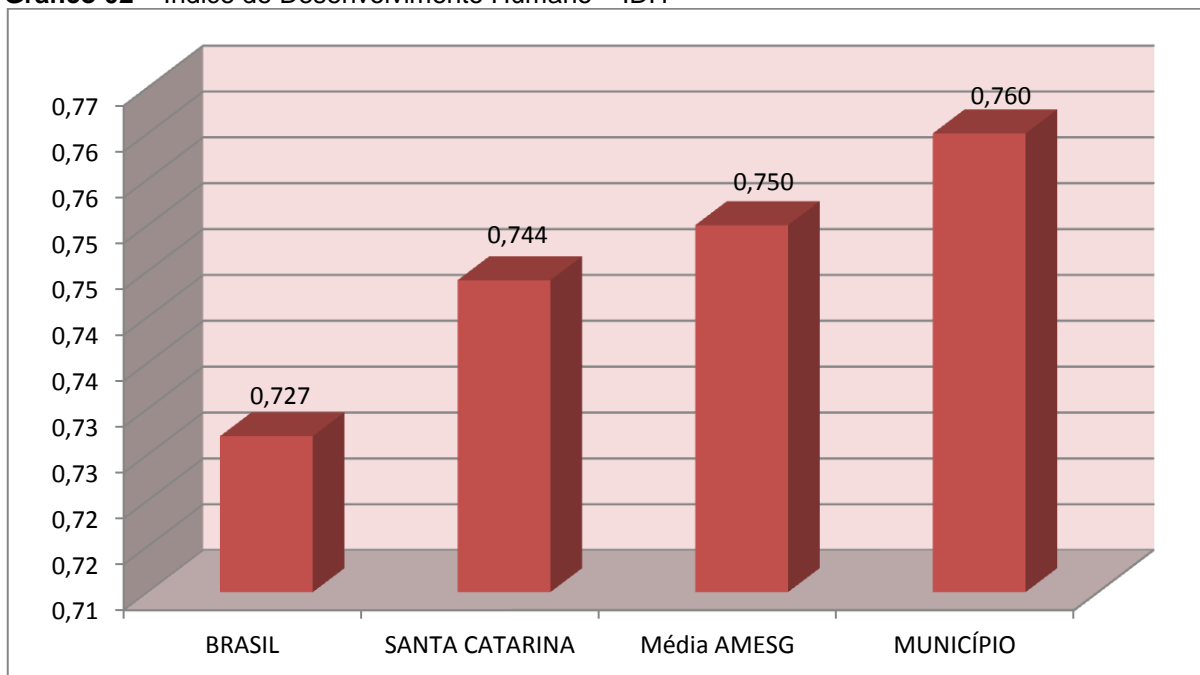
**Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB**



Fonte: IBGE – 2011

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Gravatal encontra-se na seguinte situação:

**Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**



Fonte: PNUD – 2010

### 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

**Quadro 01** – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	28.200.000,00
PPA	1640/2013	10/09/2013		
LDO	1653/2013	30/09/2013	DESPESA FIXADA	28.200.000,00
LOA	1667/2013	03/12/2013		

#### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 936.230,33**, correspondendo a **3,78%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 936.230,33, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 775.196,53 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 161.033,80.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

**Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2014**

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	28.200.000,00	24.773.206,70	87,85
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	35.884.348,52	23.836.976,37	66,43
<b>Superávit de Execução Orçamentária</b>		<b>936.230,33</b>	

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Divergência, no valor de R\$ 107.539,64, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 909.947,39) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 936.230,33), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 81.256,70, se refere ao ajuste efetuado pela Instrução.

### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Gravatal nos últimos 5 anos:

**Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2010-2014**

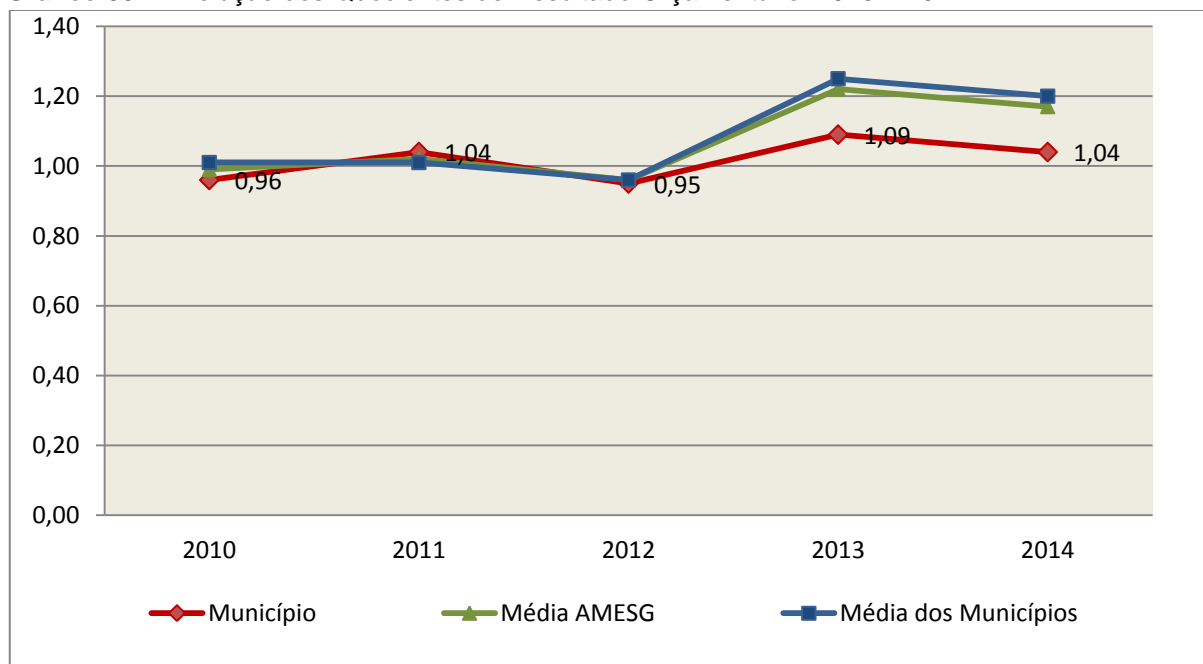
ITENS / ANO	2010	2011	2012	2013	2014
1   Receita realizada	13.410.527,86	15.306.114,23	21.181.037,49	25.295.174,39	24.773.206,70
2   Despesa executada	14.011.641,96	14.686.526,17	22.190.827,55	23.261.587,76	23.836.976,37
<b>QUOCIENTE</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Resultado Orçamentário (1÷2)	0,96	1,04	0,95	1,09	1,04

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).



**Gráfico 03** – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 24.773.206,70**, equivalendo a **87,85%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

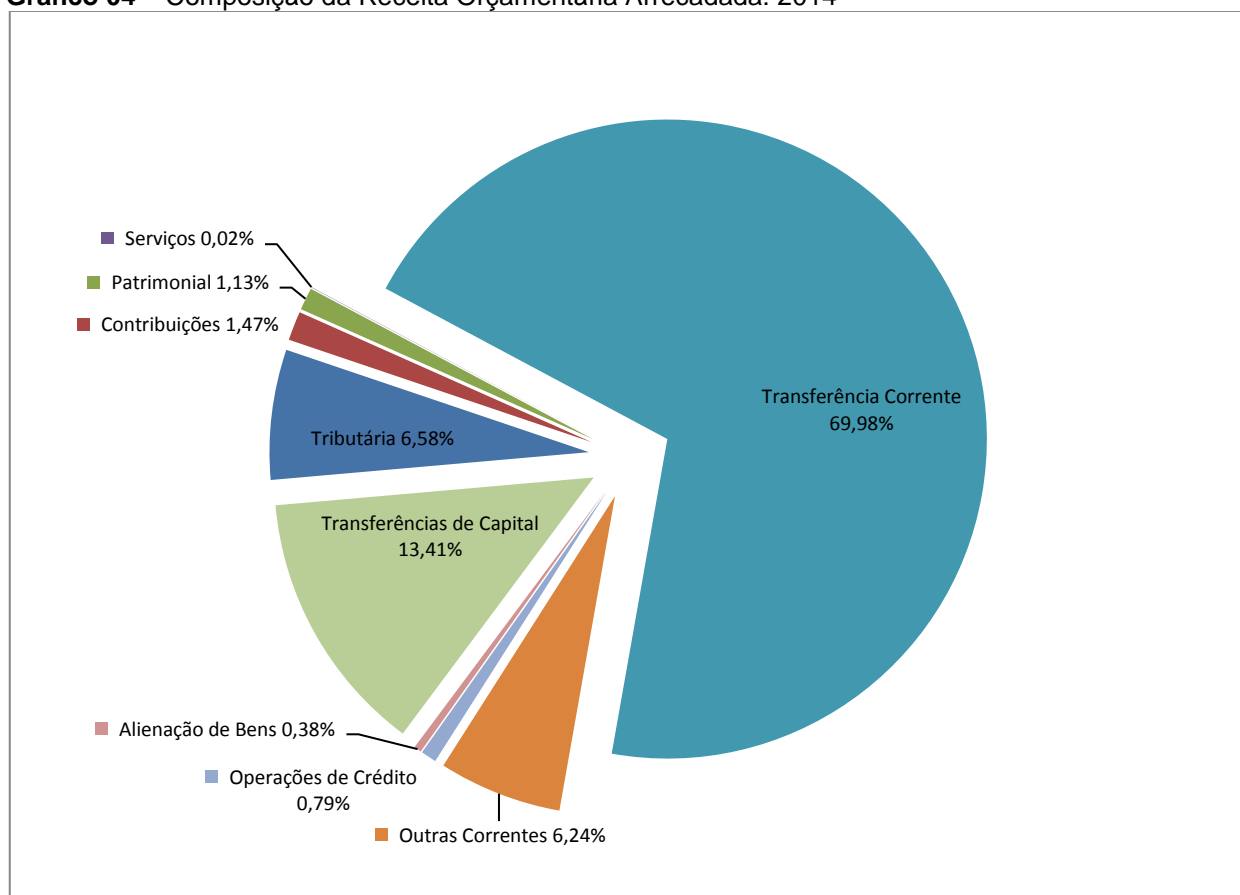
**Quadro 04** – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2014

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	2.743.000,00	1.629.613,37	59,41
Receita de Contribuições	237.000,00	364.763,64	153,91
Receita Patrimonial	120.200,00	279.801,66	232,78

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita de Serviços	20.000,00	4.373,00	21,87
Transferências Correntes	18.787.000,00	17.335.904,10	92,28
Outras Receitas Correntes	1.292.800,00	1.546.694,07	119,64
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>23.200.000,00</b>	<b>21.161.149,84</b>	<b>91,21</b>
Operações de Crédito	-	195.545,18	-
Alienação de Bens	-	93.650,00	-
Transferências de Capital	5.000.000,00	3.322.861,68	66,46
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>3.612.056,86</b>	<b>72,24</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>28.200.000,00</b>	<b>24.773.206,70</b>	<b>87,85</b>

Fonte: <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Gráfico 04** – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2014

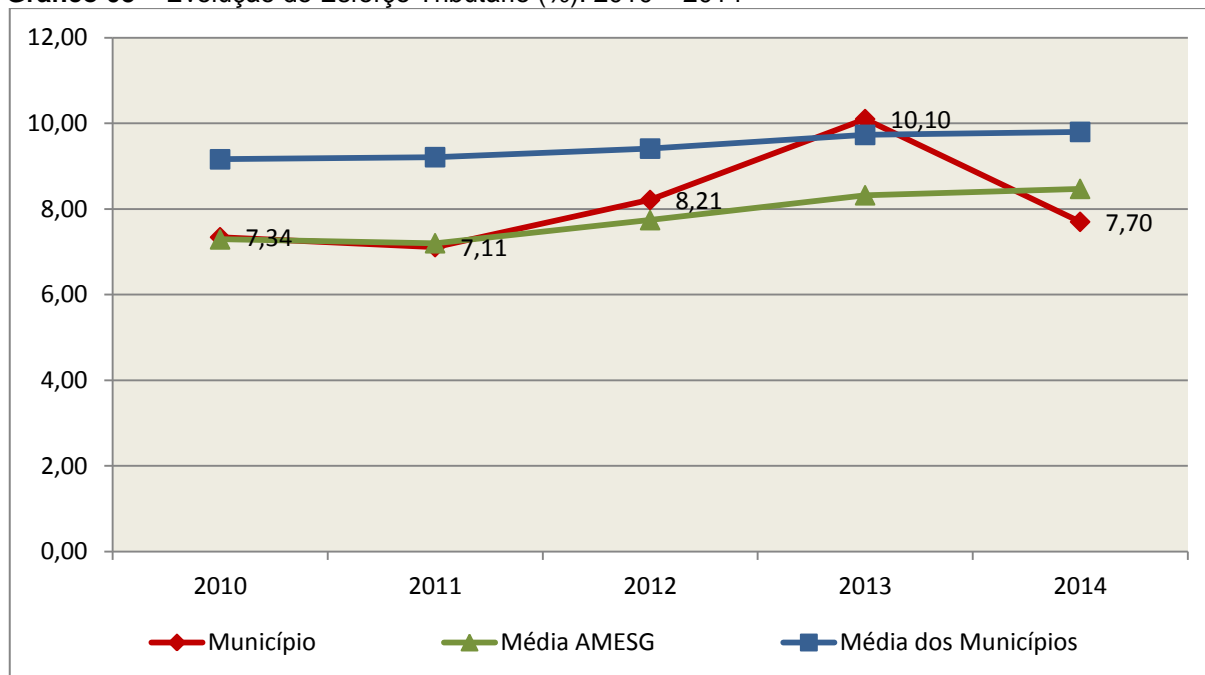


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **69,98%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

**Gráfico 05** – Evolução do Esforço Tributário (%): 2010 – 2014

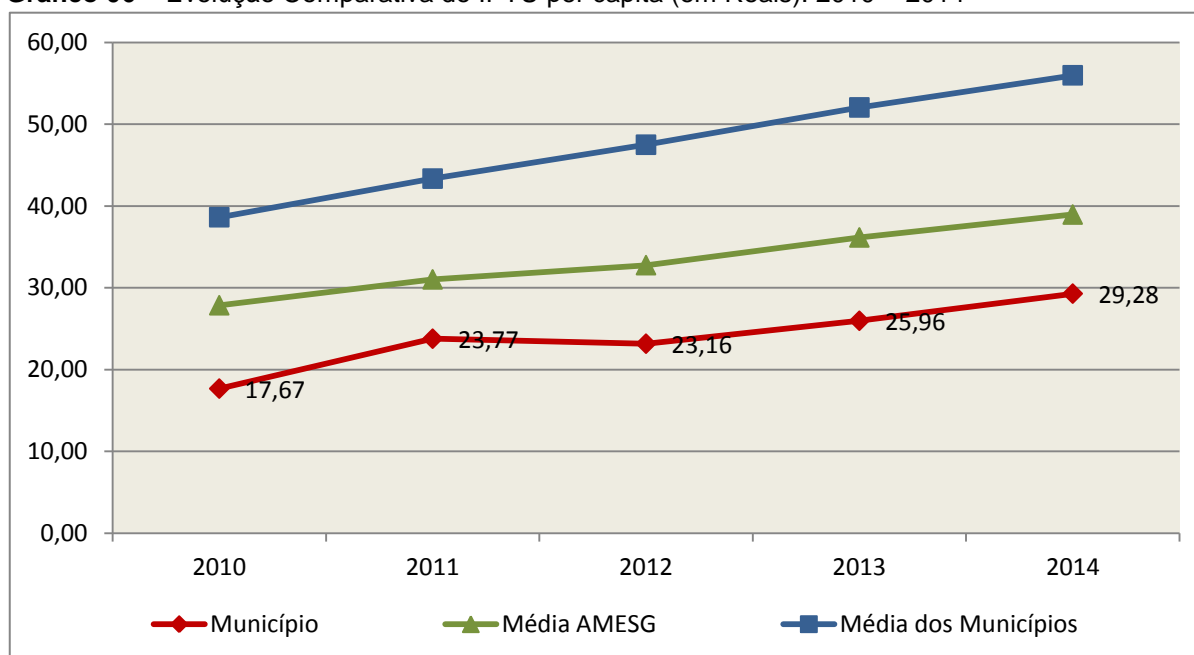


**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

**Gráfico 06** – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

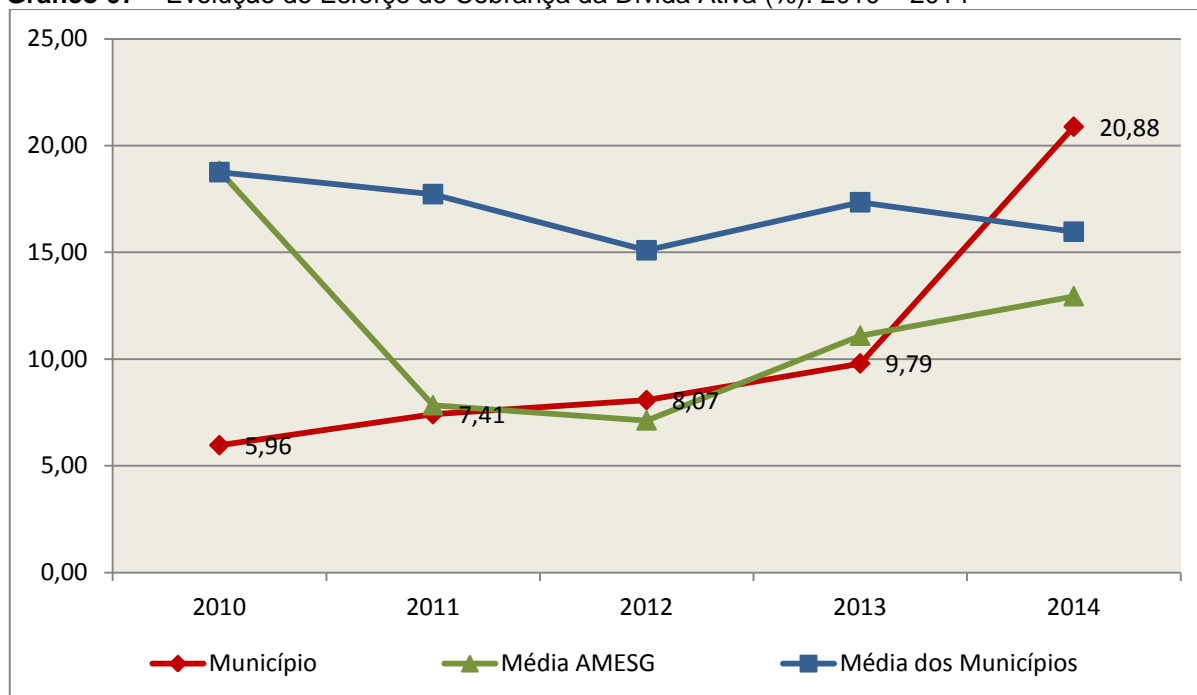
**Quadro 05** – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2014

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
2.130.903,32	0,00	0,00	0,00	444.947,77	0,00	1.685.955,55

**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

**Gráfico 07** – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06** – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2014

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	960.000,00	785.689,00	81,84
04-Administração	3.511.050,00	2.847.013,52	81,09
06-Segurança Pública	81.500,00	76.405,77	93,75
08-Assistência Social	1.180.087,38	963.179,73	81,62
10-Saúde	11.025.702,70	4.374.926,38	39,68
12-Educação	7.876.749,86	6.600.799,67	83,80
13-Cultura	134.800,00	85.369,95	63,33
15-Urbanismo	2.737.126,14	1.616.423,44	59,06
16-Habitação	32.000,00	-	-
17-Saneamento	350.000,00	-	-
20-Agricultura	1.082.466,42	916.441,23	84,66
23-Comércio e Serviços	403.000,00	251.189,53	62,33
25-Energia	660.000,00	364.763,64	55,27

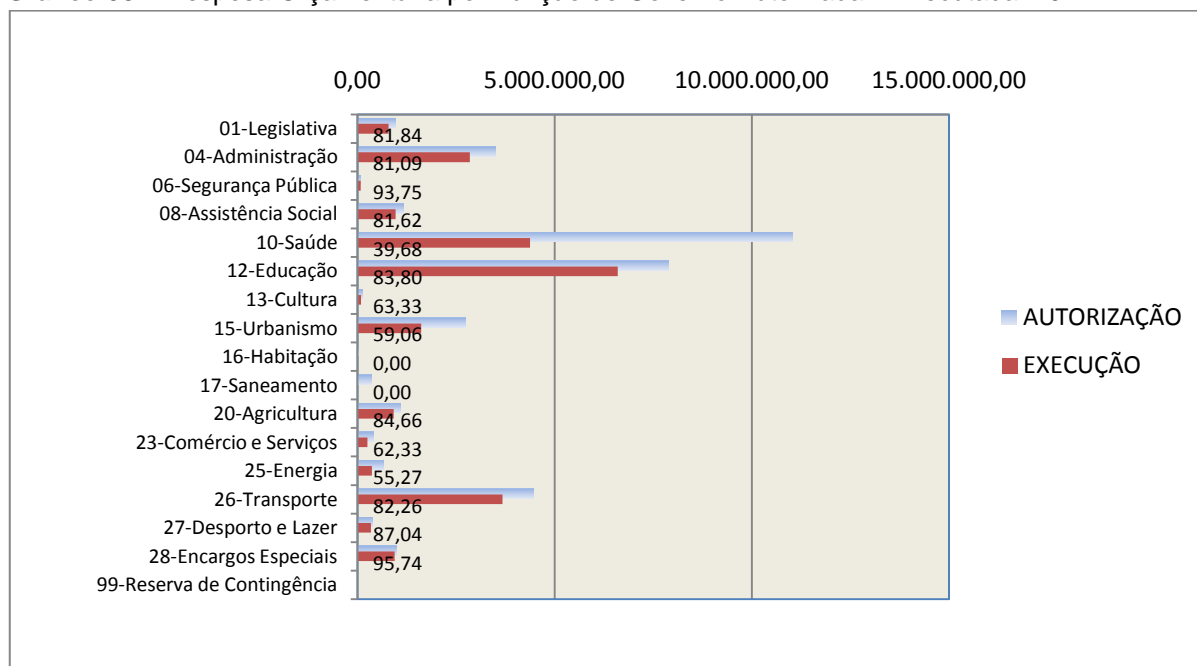
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
26-Transporte	4.467.737,88	3.675.131,31	82,26
27-Desporto e Lazer	390.828,14	340.166,42	87,04
28-Encargos Especiais	981.300,00	939.476,78	95,74
99-Reserva de Contingência	10.000,00	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>35.884.348,52</b>	<b>23.836.976,37</b>	<b>66,43</b>

**Fontes:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 08** – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2014



**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2010 – 2014**

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2010	2011	2012	2013	2014
01-Legislativa	539.000,00	520.488,54	654.060,46	3.519.418,89	785.689,00
04-Administração	1.469.506,71	1.668.739,28	1.991.360,83	-	2.847.013,52
06-Segurança Pública	-	-	-	-	76.405,77
08-Assistência Social	437.494,46	598.021,70	677.367,23	812.293,14	963.179,73
10-Saúde	2.624.046,94	2.957.375,35	3.266.958,24	7.676.912,54	4.374.926,38
12-Educação	3.519.959,01	4.198.009,01	5.352.005,78	5.432.379,19	6.600.799,67
13-Cultura	1.474,34	44.819,49	16.148,13	32.786,75	85.369,95
15-Urbanismo	1.923.719,09	2.376.951,60	1.953.974,60	1.722.522,43	1.616.423,44
17-Saneamento	-	-	4.107.436,83	-	-
18-Gestão Ambiental	3.817,79	330,00	-	-	-
20-Agricultura	422.001,55	512.104,03	733.280,67	536.104,66	916.441,23
23-Comércio e Serviços	506.550,18	311.212,98	317.273,60	1.182.561,71	251.189,53
24-Comunicações	4.471,96	4.952,43	4.668,98	5.357,13	-
25-Energia	434.442,81	426.659,32	335.748,08	350.868,38	364.763,64
26-Transporte	1.498.907,84	430.105,53	1.842.732,24	1.185.246,21	3.675.131,31
27-Desporto e Lazer	99.591,54	122.402,28	182.629,21	111.402,36	340.166,42
28-Encargos Especiais	526.657,74	514.354,63	571.295,77	742.349,05	939.476,78
<b>TOTAL DA DESPESA REALIZADA</b>	<b>14.011.641,96</b>	<b>14.686.526,17</b>	<b>22.006.940,65</b>	<b>23.310.202,44</b>	<b>23.836.976,37</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2014**

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	326.362,06	2,27
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	598.934,28	4,17
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	47.266,02	0,33
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	214.377,41	1,49
Cota do ICMS	3.812.437,52	26,53
Cota-Parte do IPVA	914.557,55	6,36
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	59.148,98	0,41
Cota-Parte do FPM	8.021.494,14	55,82

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Cota do ITR	7.536,85	0,05
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	15.989,04	0,11
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	275.653,98	1,92
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	77.186,41	0,54
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS</b>	<b>14.370.944,24</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Quadro 09** – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2014

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	23.623.083,88
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	2.461.934,04
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>21.161.149,84</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.



## 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

**Quadro 10** – Balanço Patrimonial do Município de Gravatal (em Reais): 2013 – 2014

ATIVO	2013	2014	PASSIVO	2013	2014
<b>Financeiro</b>	<b>2.212.067,70</b>	<b>4.819.503,90</b>	<b>Financeiro</b>	<b>699.215,59</b>	<b>2.289.164,76</b>
<b>Disponível</b>	<b>2.102.899,41</b>	<b>4.710.335,61</b>	<b>Depósitos</b>	<b>62.461,70</b>	<b>98.779,33</b>
Bancos Conta Movimento	1.648.364,19	4.696.061,60	Consignações	-	92,40
Bancos Conta Vinculada	454.535,22	14.274,01	Depósitos de Diversas Origens	62.461,70	98.686,93
<b>Realizável</b>	<b>109.168,29</b>	<b>109.168,29</b>	<b>Restos a Pagar</b>	<b>636.473,89</b>	<b>2.184.605,43</b>
Créditos a Receber	1.628,65	1.628,65	Obrigações a Pagar	636.473,89	2.184.605,43
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	107.539,64	107.539,64	Outras Obrigações a Curto Prazo	280,00	5.780,00
<b>Permanente</b>	<b>9.260.264,95</b>	<b>8.685.680,15</b>	<b>Permanente</b>	<b>2.503.757,08</b>	<b>2.423.770,39</b>
<b>Dívida Ativa</b>	<b>2.130.903,32</b>	<b>1.685.955,55</b>	<b>Dívida Fundada</b>	<b>761.591,43</b>	<b>586.357,59</b>
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	4.231.703,32	3.786.755,55	<b>Débitos Consolidados</b>	<b>1.742.165,65</b>	<b>1.837.412,80</b>
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa a Longo Prazo	2.100.800,00	2.100.800,00	Dívidas Renegociadas	408.848,07	293.843,39
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>506,66</b>	<b>506,66</b>	Obrigações a Pagar	594.721,56	804.973,39
Investimentos do RPPS - LP	506,66	506,66	Obrigações Legais e Tributárias	738.596,02	738.596,02
<b>Imobilizado</b>	<b>7.128.854,97</b>	<b>6.999.217,94</b>	<b>DIVERSAS PROVISÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Bens Móveis e Imóveis	7.128.854,97	6.999.217,94	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
Bens Imóveis	1.784.343,02	3.437.223,48			
Bens Móveis	5.344.511,95	3.561.994,46			
<b>ATIVO REAL</b>	<b>11.472.332,65</b>	<b>13.505.184,05</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>3.202.972,67</b>	<b>4.712.935,15</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>8.269.359,98</b>	<b>8.792.248,90</b>
			Ativo Real Líquido	8.269.359,98	8.792.248,90
<b>TOTAL</b>	<b>11.472.332,65</b>	<b>13.505.184,05</b>	<b>TOTAL</b>	<b>11.472.332,65</b>	<b>13.505.184,05</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

Obs.: Divergência, no valor de R\$ 0,01, entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 522.888,91) e o Saldo Patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial – Anexo 14, (R\$ 8.792.248,90), deduzido o Saldo Patrimonial do exercício anterior (R\$ 8.269.359,98).

Obs.: A divergência entre o saldo demonstrado no Anexo 17 e o saldo do Passivo Financeiro constante do Anexo 14 consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

## 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 2.422.799,50** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,49** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 909.947,39** passando de um Superávit de **R\$ 1.512.852,11** para um Superávit de **R\$ 2.422.799,50**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 1.739.358,92**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro 11** – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2013 - 2014

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	2.212.067,70	4.711.964,26	2.499.896,56
Passivo Financeiro	699.215,59	2.289.164,76	1.589.949,17
<b>Saldo Patrimonial Financeiro Ajustado</b>	<b>1.512.852,11</b>	<b>2.422.799,50</b>	<b>909.947,39</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Divergência, no valor de R\$ 107.539,64, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 909.947,39) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 936.230,33), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 81.256,70, se refere ao ajuste efetuado pela Instrução.

O saldo patrimonial financeiro foi ajustado pelas seguintes situações:

**Quadro 11 – A** – Ajustes do Patrimônio Financeiro (em Reais)

Descrição	Valor
Receitas Antecipadas da Prefeitura – Ajuste exercício atual (fl. 161 dos autos)	107.539,64
<b>Total excluído no Saldo Final do Ativo Financeiro</b>	<b>107.539,64</b>

#### **4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos**

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2014, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Gravatal, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

**Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso (em reais).**

<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>Superávit / Déficit</b>
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>		
00 - Recursos Ordinários *	0,00	Superávit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	74,15	Superávit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ 20.812,04	83.662,57	Superávit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 62.850,53		
22 - Transferências de Convênios - Educação	11.676,49	Superávit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	127.487,42	Superávit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.040.901,79	Superávit
43 - Outras Especificações	167.870,33	Superávit
46 - Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	Superávit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	64.271,09	Superávit
54 - Convênio Trânsito - Militar	19.459,76	Superávit
55 - Convênio Trânsito - Civil	59.124,22	Superávit
56 - Convênio Trânsito - Prefeitura	15.654,36	Superávit
58 - Salário Educação	0,00	Superávit
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	7.617,96	Superávit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	20.740,31	Superávit
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	35.149,93	Superávit
64 - Atenção Básica	437.082,17	Superávit
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	46.058,77	Superávit
66 - Vigilância em Saúde	67.827,22	Superávit
67 - Assistência Farmacêutica Básica	4.090,06	Superávit
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	1.388,96	Superávit
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	Superávit
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>		
00 - Recursos Ordinários	206.952,28	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	2.692,40	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	3.017,26	
<b>TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>212.661,94</b>	<b>Superávit</b>

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge.

\* As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal de Gravatal foram consideradas como recursos vinculados.

### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

**Quadro 12** – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2010 – 2014

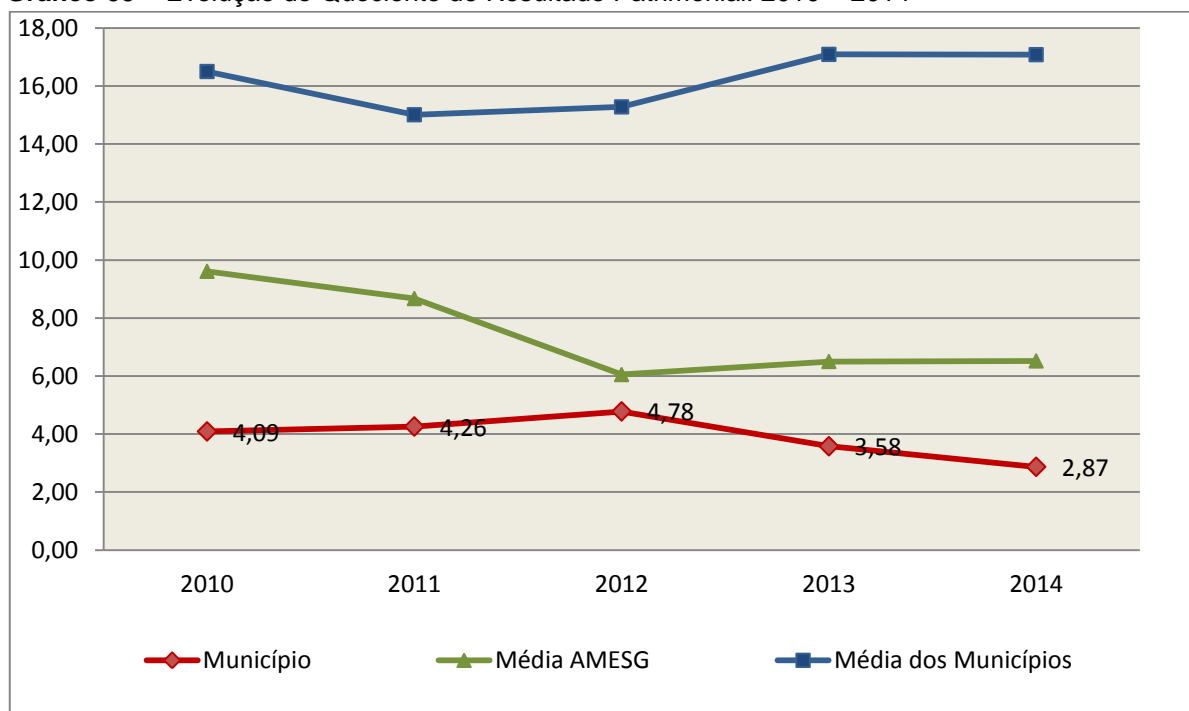
ITENS / ANO	2010	2011	2012	2013	2014
1 Despesa Executada	14.011.641,96	14.686.526,17	22.006.940,65	23.310.202,44	23.836.976,37
2 Restos a Pagar	1.767.473,00	883.868,29	818.987,42	636.473,89	2.184.605,43
3 Ativo Financeiro Ajustado	1.223.824,61	1.047.187,10	704.679,60	2.212.067,70	4.711.964,26
4 Passivo Financeiro Ajustado	1.826.152,77	1.000.286,30	1.369.770,29	699.215,59	2.289.164,76
5 Ativo Real	10.162.930,18	10.335.582,03	10.959.750,03	11.472.332,65	13.505.184,05
6 Passivo Real	2.484.661,37	2.423.549,46	2.291.014,99	3.202.972,67	4.712.935,15
QUOCIENTES	2010	2011	2012	2013	2014
Resultado Patrimonial (5÷6)	4,09	4,26	4,78	3,58	2,87
Situação Financeira (3÷4)	0,67	1,05	0,51	3,16	2,06
Restos a Pagar (2÷1)*100	12,61	6,02	3,72	2,73	9,16

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

**Gráfico 09** – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2010 – 2014



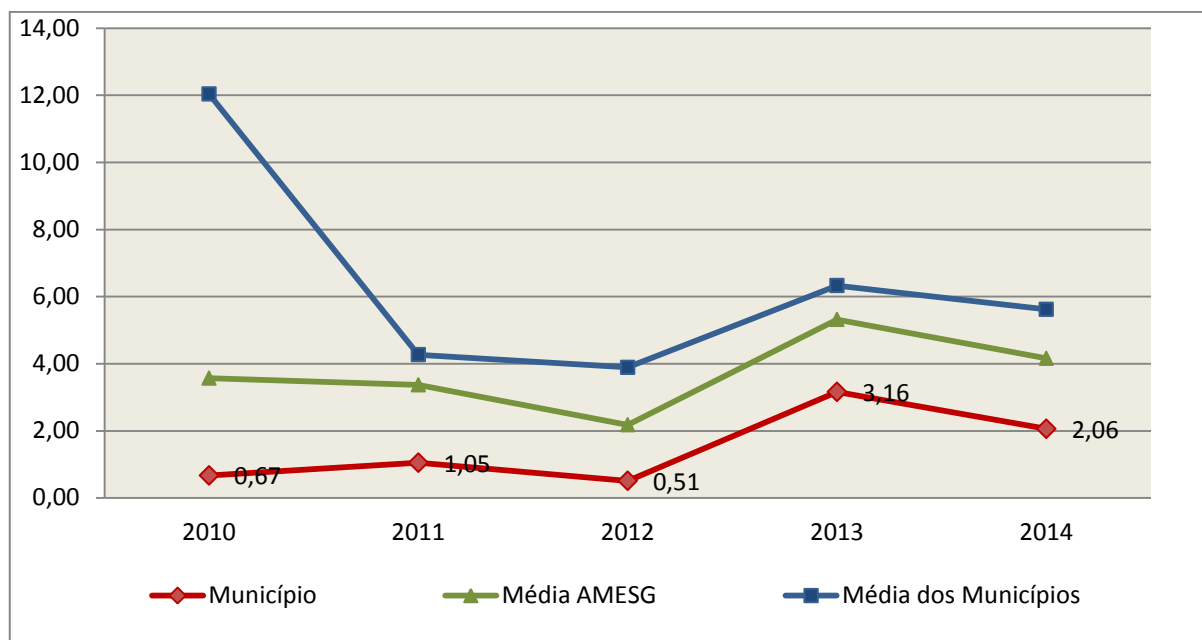
**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2014 o Ativo Real apresenta-se **2,87** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

**Gráfico 10** – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

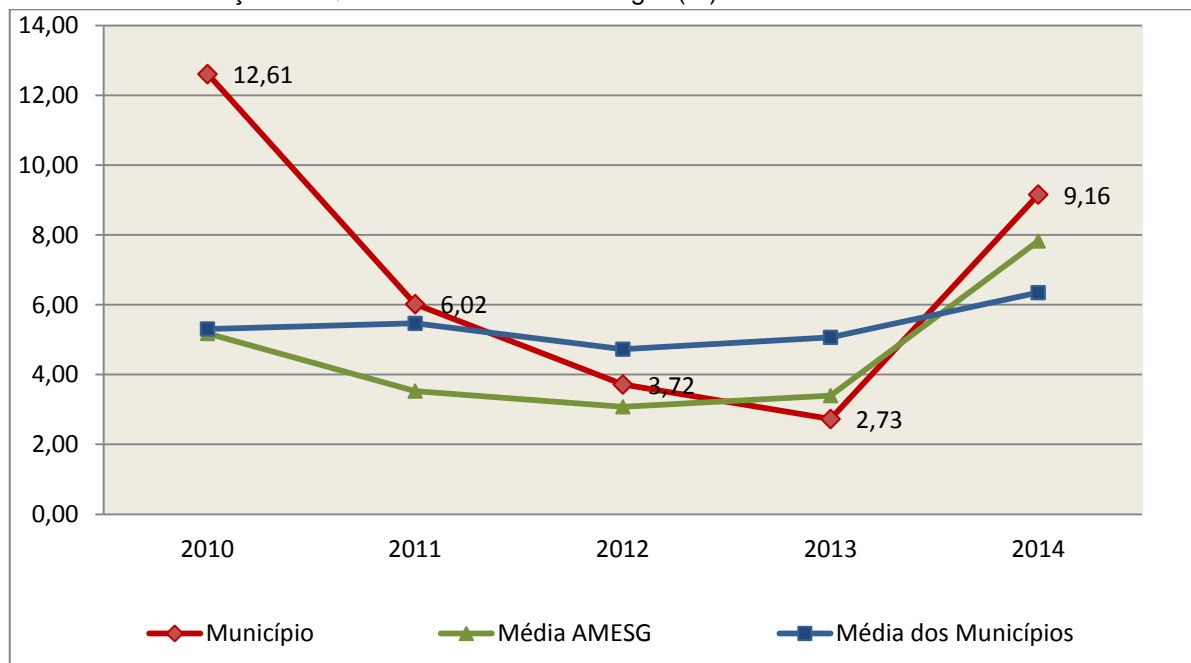
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2014 o Ativo Financeiro representa **2,06** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Gravatal é demonstrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 11** – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **9,16%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2014 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.251.781,79** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **15,67%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 96.140,15**, representando **0,67%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o



disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 13** – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2014

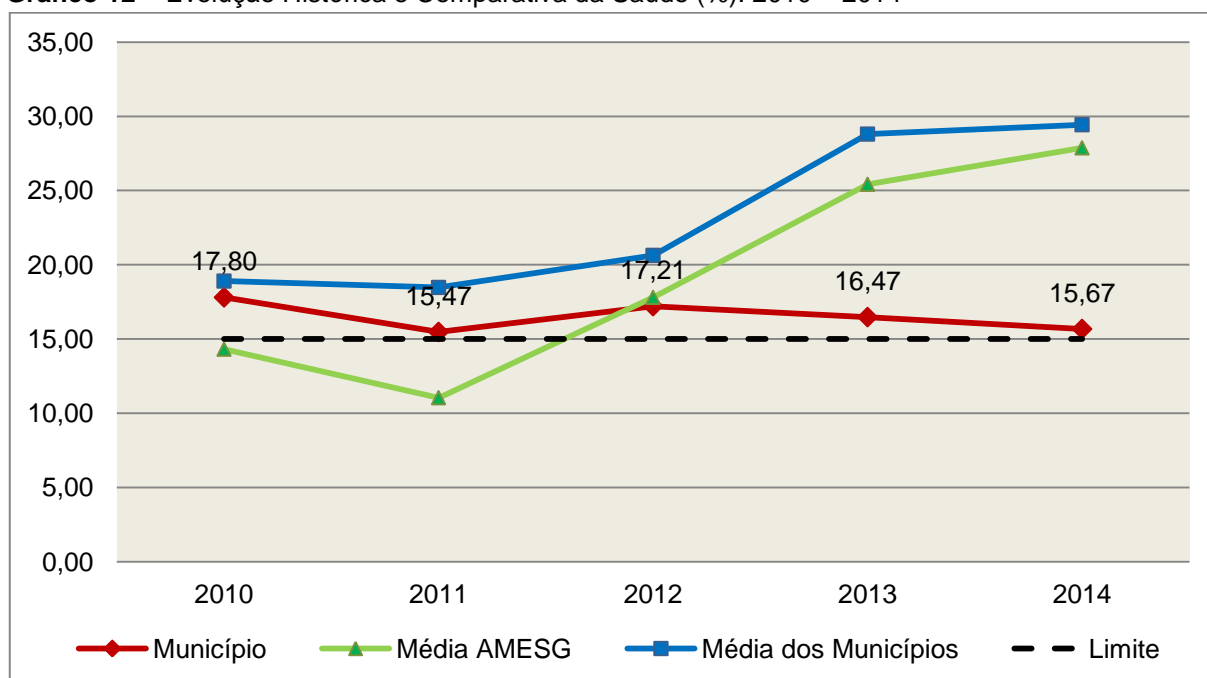
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>14.370.944,24</b>	<b>100,00</b>
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.374.926,38	30,44
Atenção Básica	4.374.926,38	30,44
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	2.123.144,59	14,77
<b>Total das Despesas para Efeito do Cálculo</b>	<b>2.251.781,79</b>	<b>15,67</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.155.641,64	15,00
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>96.140,15</b>	<b>0,67</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

**Gráfico 12** – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Gravatal em 2014 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2. Ensino

### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2014) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 4.104.496,42** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **28,56%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 511.760,36**, representando **3,56%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 14** – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2014

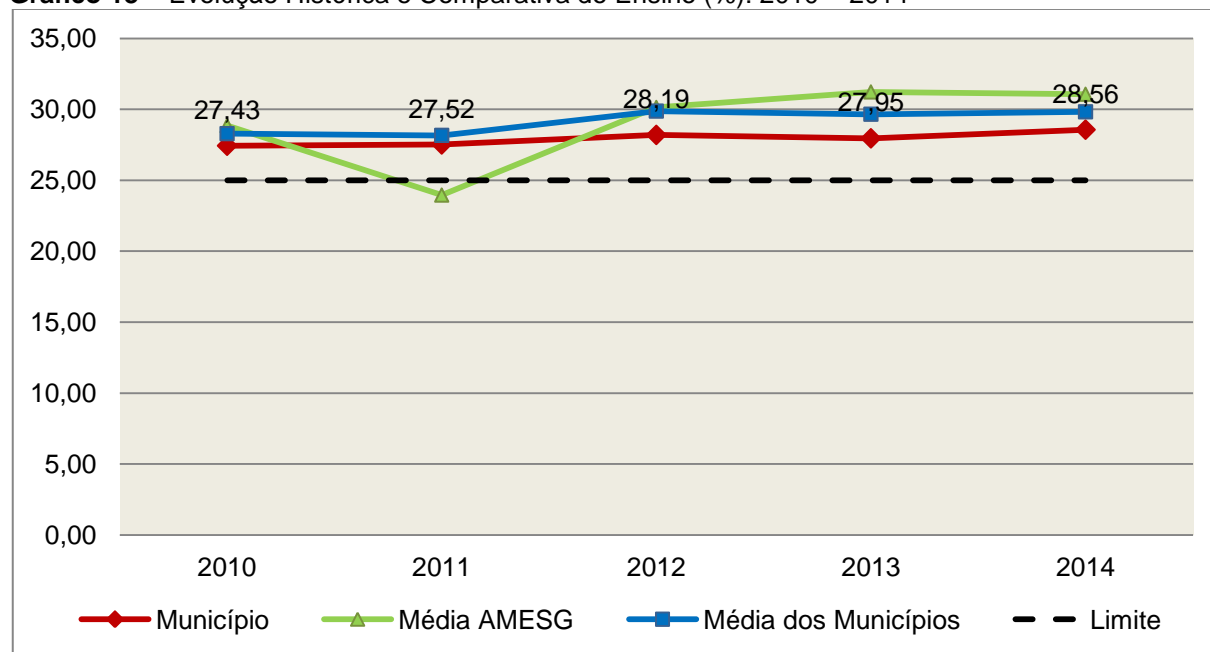
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>14.370.944,24</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor Aplicado Educação Infantil</b>	<b>2.485.538,59</b>	<b>17,30</b>
Educação Infantil	2.485.538,59	17,30
<b>Valor Aplicado Ensino Fundamental</b>	<b>3.706.959,50</b>	<b>25,79</b>
Ensino Fundamental	3.706.959,50	25,79
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	1.527.380,41	10,63
(-) Ganho com FUNDEB	554.522,64	3,86
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.098,62	0,04
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>	<b>4.104.496,42</b>	<b>28,56</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	3.592.736,06	25,00
<b>Valor Acima do Limite (25%)</b>	<b>511.760,36</b>	<b>3,56</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

**Gráfico 13** – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Gravatal em 2014 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2.2. FUNDEB

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.938.892,73**, equivalendo a **97,23%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 15** – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2014

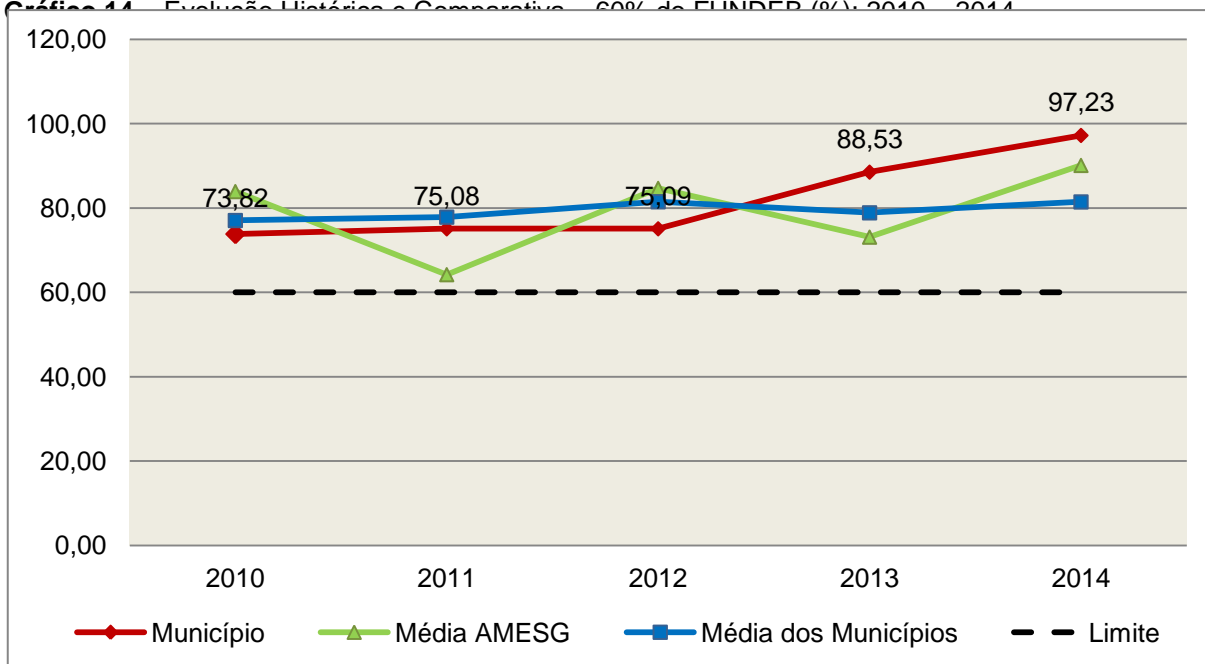
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	3.016.456,68
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	6.098,62
<b>Total dos recursos oriundos do FUNDEB</b>	<b>3.022.555,30</b>
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.813.533,18
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	2.938.892,73
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>1.125.359,55</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Avaliação Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.938.892,73**, equivalendo a **97,23%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2014

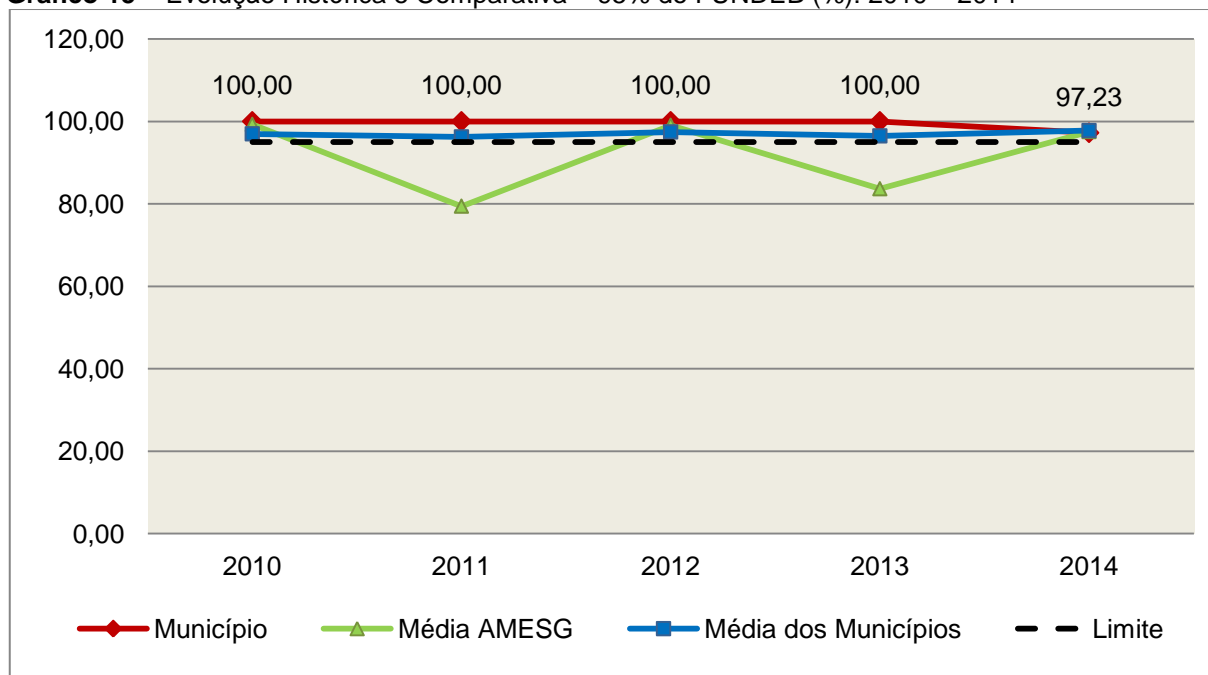
COMPONENTE	VALOR (R\$)
<b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>	<b>3.022.555,30</b>
95% dos Recursos do FUNDEB	2.871.427,54
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	2.938.892,73
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>67.465,19</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

**Gráfico 15** – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Gravatal reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2013 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

**Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2014:** No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

**Quadro 16A** – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2014	83.662,57
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
<b>(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados</b>	<b>83.662,57</b>

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 17** – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>21.161.149,84</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.696.689,90	60,00
<b>Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>9.542.502,33</b>	<b>45,09</b>
Pessoal e Encargos	9.542.502,33	45,09
<b>Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>615.105,71</b>	<b>2,91</b>
Pessoal e Encargos	615.105,71	2,91
<b>Total das deduções das despesas com pessoal*</b>	<b>5.947,80</b>	<b>0,03</b>
<b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>10.151.660,24</b>	<b>47,97</b>
Valor Abaixo do Limite (60%)	2.545.029,66	12,03

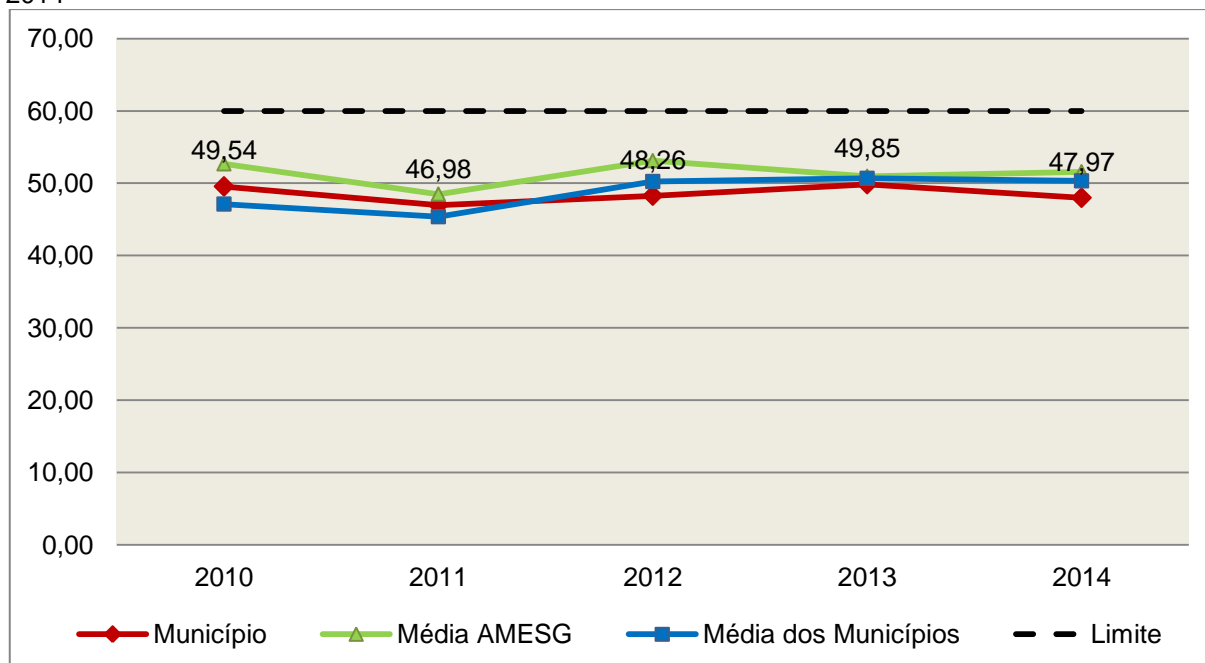
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **47,97%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

**Gráfico 16** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Gravatal, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>21.161.149,84</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	11.427.020,91	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	9.542.502,33	45,09
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	5.847,80	0,03
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>9.536.654,53</b>	<b>45,07</b>
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.890.366,38	8,93

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

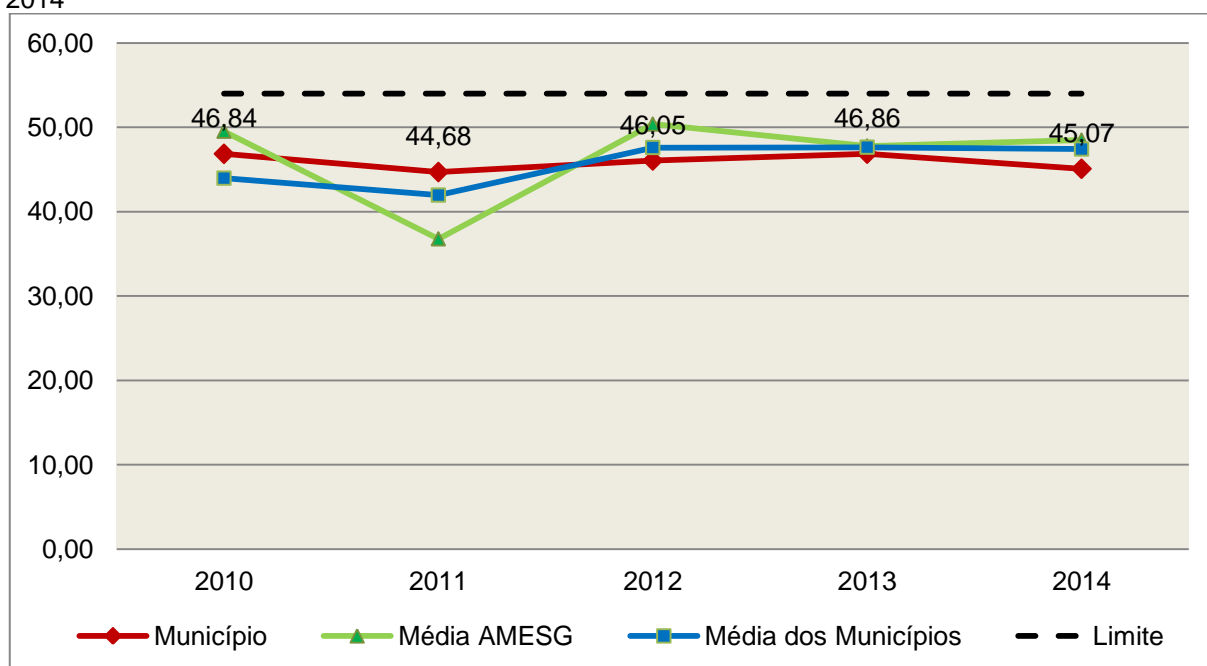
\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.



O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **45,07%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

**Gráfico 17** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 19** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>21.161.149,84</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.269.668,99	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	615.105,71	2,91
Deduções com pessoal do Poder Legislativo*	100,00	-
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>615.005,71</b>	<b>2,91</b>
Valor Abaixo do Limite (6%)	654.663,28	3,09

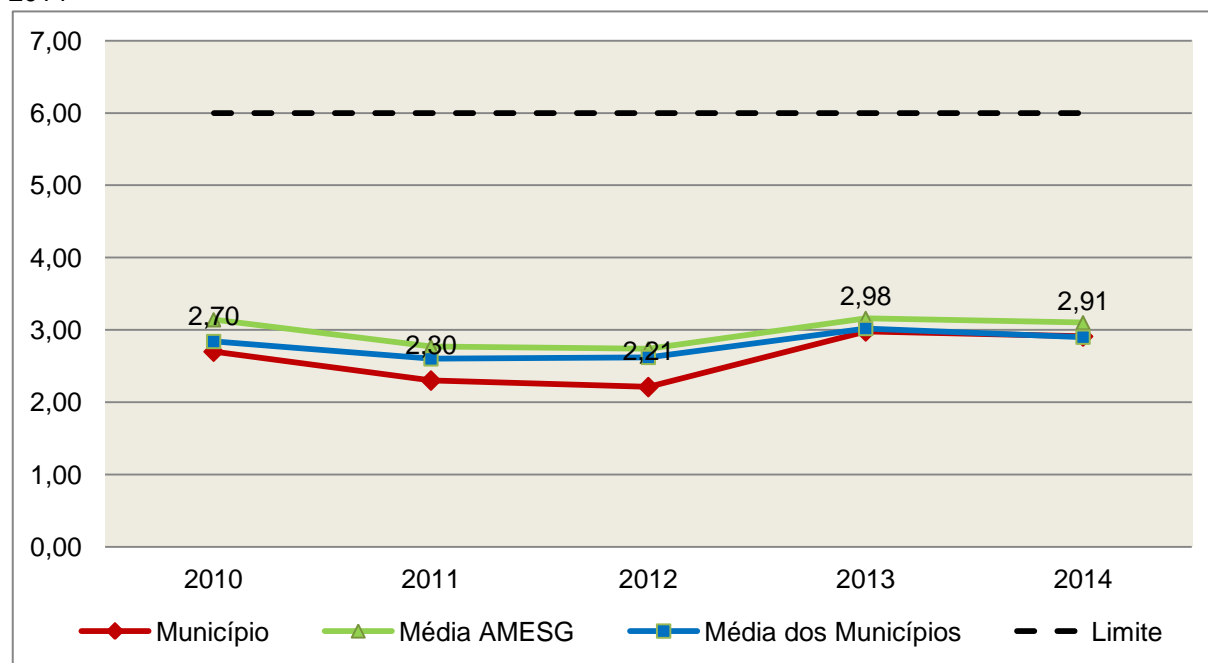
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,91%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

## 6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

## 6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACs – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Gravatal**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas (fl. 123 dos autos).

## 6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal<sup>5</sup>.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

---

<sup>5</sup> Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e

competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Gravatal**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas (fls. 139/140 dos autos).

### **6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e



comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Gravatal**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013.

### **6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA**

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou

abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal.**

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Gravatal, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 163.454,63) representa 0,88% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 18.676.360,99).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 124 à 138, verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 132 a 134;

2) Não houve a remessa do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) O pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar representa 52,96% da despesa total do Fundo Municipal da Infância e

Adolescência (R\$ 163.454,63) , onde deste 87,25% se refere a remuneração total dos Conselheiros Tutelares (R\$ 75.523,74 - fl.135 dos autos), sendo que a mesma está sendo financiada com recursos do referido Fundo, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010. (fls. 135 e 153/155 dos autos).

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

#### 6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Gravatal**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas (fl. 141 dos autos).

## 6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Gravatal**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas (fl. 142 dos autos).

## **6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)**

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Gravatal**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal do Idoso não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (fl. 143 dos autos).

## **7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010**

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia

útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010,



pelos Município de **Gravatal**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

**Quadro 20** – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

<b>I – QUANTO À FORMA</b>	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>

<b>I – QUANTO AO CONTEÚDO</b>	
<b>DESPESA</b> (art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	<b>CUMPRIU</b>
b) o número do empenho	<b>CUMPRIU</b>
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	<b>CUMPRIU</b>
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	<b>CUMPRIU</b>
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	<b>CUMPRIU</b>
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	<b>CUMPRIU</b>

<b>RECEITA</b> (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	<b>CUMPRIU</b>
b) lançamento	<b>DESCUMPRIU</b>
c) arrecadação	<b>CUMPRIU</b>

**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso:  
25/11/2014 (fl. 149 dos autos).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

## 8. RESTRIÇÕES APURADAS

### 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

8.1.1 Despesas empenhadas (R\$ 3.905.641,15) com a Especificação da Fonte de Recursos do FUNDEB em montante superior aos recursos auferidos no exercício (R\$ 3.022.555,30), na ordem de **R\$ 883.085,85**, em desacordo com os artigos 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c o artigo 50, I, do mesmo diploma legal. (Sistema e -Sfinge).

8.1.2 Divergência, no valor de **R\$ 204.805,14**, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 2.084.359,62) e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (R\$ 2.289.164,76), caracterizando afronta aos artigos 85 e 105 da referida Lei. Registra-se que a diferença se refere ao saldo inicial do Anexo 17 (Folha 103 dos autos e Quadro 10 deste Relatório).

8.1.3 Divergência, no valor de **R\$ 164.292,63**, entre o saldo do grupo Disponível do Balanço Patrimonial do exercício anterior – Anexo 14 (R\$ 2.102.899,41) e o saldo inicial do Balanço

Financeiro do exercício atual – Anexo 13 (R\$ 1.938.606,78), em desacordo com o artigo 103 da Lei nº 4.320/64 (Quadro 10 e Folha 95).

- 8.1.4 Registro indevido no Grupo Depósitos e Restos a Pagar do Passivo Financeiro nas Fontes de Recursos 23, 66, 24, 43, 62 e 0, com saldos devedores de R\$ 67,00, R\$ 10,00, R\$ 4.024,83, R\$ 167.870,33, R\$ 5.611,90 e R\$ 0,01, respectivamente, em afronta ao previsto no artigo 85 c/c 105 da Lei nº 4.320/64 (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos).
- 8.1.5 Valores impróprios lançados no Ativo Realizável, a título de “Depósitos Realizáveis a Curto Prazo”, no montante de **R\$ 107.539,64**, superestimando o Ativo Financeiro do Município, em afronta ao disposto nos artigos 35, 85 e 105, I, § 1º da Lei nº 4.320/64 (Quadro 10).
- 8.1.6 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).
- 8.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR
- 8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.3).
- 8.2.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art.

1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.6).

## 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2014

### Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas <b>não afetam de forma significativa</b> a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 936.230,33
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 2.422.799,50
4) LIMITES	<b>PARÂMETRO MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
4.1) Saúde	15,00%	15,67%
4.2) Ensino	25,00%	28,56%
4.3) FUNDEB	60,00%	97,23%
	95,00%	97,23%
4.4) Despesas com pessoal	<b>PARÂMETRO MÁXIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
a) Município	60,00%	47,97%
b) Poder Executivo	54,00%	45,07%
c) Poder Legislativo	6,00%	2,91%
4.5) L.C. Nº 131/2009 E DEC. Nº 7.185/2010	<b>DESCUMPRIU</b>	

## CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2014 do Município de Gravatal**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal e Regulamentar** apuradas respectivamente, nos itens **8.1 e 8.2**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 6 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 01/10/2015.

MOEMA RIBEIRO DAUX  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**

LUCIA HELENA GARCIA  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**  
**Chefe da Divisão 9**

De Acordo

Em 01/10/2015.

SALETE OLIVEIRA  
**Coordenadora de Controle**  
**Coordenadoria de Controle de**  
**Contas de Prefeito**

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Kliwer Schmitt  
**Diretor**  
**Diretoria de Controle dos Municípios**

## ANEXO

### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.108.033,37
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	408,34
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde - diferença entre o empenhado e o prestado contas do consorcio (fls. 145, 146 e 151)	3.102,38
Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	11.600,50
<b>Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município</b>	<b>2.123.144,59</b>

### Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	120.685,78
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	83.599,81
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	1.382,62
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	1.237.166,72
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	131.937,97
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	35.543,29
<b>Total das deduções das despesas com Educação Básica</b>	<b>1.610.316,19</b>

### Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Sentenças Judiciais (3.1.90.91 e 3.1.91.91)	5.847,80
<b>Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo</b>	<b>5.847,80</b>
Legislativo: Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.90.92 e 3.1.91.92)	100,00
<b>Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>100,00</b>
<b>Total das deduções das despesas com pessoal</b>	<b>5.947,80</b>

### Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	3.016.456,68
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	6.098,62
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2014	83.662,57
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
<b>(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2014</b>	<b>2.938.892,73</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

## APÊNDICE

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2014	301	108.000,00	108.000,00	108.000,00
64 - Atenção Básica	2014	301	1.420.716,09	1.420.716,09	1.420.716,09
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2014	301	8.178,00	8.178,00	8.178,00
66 - Vigilância em Saúde	2014	301	69.911,90	56.581,66	56.581,66
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2014	301	128.084,82	128.084,82	128.084,82
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2014	301	373.142,56	224.336,26	224.336,26
<b>TOTAL</b>			<b>2.108.033,37</b>	<b>1.945.896,83</b>	<b>1.945.896,83</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Gravatal	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	224	20/02/2014	CIEE SC CENTRO DE INT. EMP. ESC. DO EST. DE SC	408,34	408,34	408,34	REFERENTE CONTRATAÇÃO DE ESTAGIARIOS PARA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.
<b>TOTAL</b>						<b>408,34</b>	<b>408,34</b>	<b>408,34</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
58 - Salário Educação	2014	365	49.147,82	35.167,39	35.167,39
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	2014	365	71.537,96	48.982,25	48.982,25
<b>TOTAIS</b>			<b>120.685,78</b>	<b>84.149,64</b>	<b>84.149,64</b>



**Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:**

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	157	02/01/2014	SUPERMERCADO SÃO JORGE LTDA	81,67	81,67	81,67	S/FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COLÔNIA DE FÉRIAS. (Compra Direta Nº 20/2014)
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	172	02/01/2014	SUPERMERCADO SÃO JORGE LTDA	218,87	218,87	218,87	REF.GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COLÔNIA DE FÉRIAS. (Compra Direta Nº 33/2014)
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	251	02/01/2014	SUPERMERCADO SÃO JORGE LTDA	221,79	221,79	221,79	REF.ALIMENTOS PARA A CÔLONIA DE FÉRIAS. (Compra Direta Nº 75/2014)
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	253	02/01/2014	SUPERMERCADO SÃO JORGE LTDA	223,56	223,56	223,56	REF.COMPRAS DE ALIMENTOS PARA COLÔNIA DE FÉRIAS. (Compra Direta Nº 77/2014)
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	287	02/01/2014	SUPERMERCADO SÃO JORGE LTDA	3.955,28	3.955,28	3.955,28	REF.ALIMENTOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL. (Compra Direta Nº 89/2014)
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	302	02/01/2014	SUPERMERCADO SÃO JORGE LTDA	2.396,72	2.396,72	2.396,72	REF.COMPRAS DE ALIMENTOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES. (Compra Direta Nº 99/2014)
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	564	12/02/2014	MS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA - ME	389,90	389,90	389,90	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, HIGIENE E LIMPEZA, PARA ATENDER OS PROGRAMAS FEDERAIS E DEMAIS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	565	12/02/2014	SUPERMERCADO SAO JORGE LTDA	27.753,79	27.753,79	27.753,79	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, HIGIENE E LIMPEZA, PARA ATENDER OS PROGRAMAS FEDERAIS E DEMAIS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	970	28/03/2014	CIEE SC CENTRO DE INT. EMP. ESC. DO EST. DE SC	24.000,00	24.000,00	24.000,00	1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº029/2013, PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2312	29/08/2014	BERNADETE FERNANDES VARGAS	13.000,00	13.000,00	13.000,00	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE ESTIMATIVO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE INATIVOS DA EDUCAÇÃO 2014.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2826	25/11/2014	CIEE SC CENTRO DE INT. EMP. ESC. DO EST. DE SC	11.358,23	11.358,23	11.358,23	1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº029/2013, PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL.



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
<b>TOTAL</b>						<b>83.599,81</b>	<b>83.599,81</b>	<b>83.599,81</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2014	361	431.897,39	431.897,39	431.897,39
58 - Salário Educação	2014	361	367.148,63	367.148,63	367.148,63
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2014	361	97.885,83	97.885,83	97.885,83
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	2014	361	257.299,09	257.299,09	257.299,09
<b>TOTAL</b>			<b>1.154.230,94</b>	<b>1.154.230,94</b>	<b>1.154.230,94</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	74	02/01/2014	ABASI CONSTRUÇOES LTDA - EPP	42.393,72	42.393,72	42.393,72	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DOS GINÁSIO VALENTIM ADOLFO KINDERMANN, NA RUA NUNCIO BEZ E BELA VISTA NA RUA GETULIO LUIZ FERNANDES, CONFORME MEMORIAIS DESCRITIVOS E CONVENIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA N.º 2013TR0003227. CONTRATO 01/2014
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	101	02/01/2014	FOLHA O JORNAL EDITORA LTDA - ME	200,00	200,00	200,00	S/SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	437	24/01/2014	POSTO GRAVATA LTDA	20.324,80	20.324,80	20.324,80	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEO LUBRIFICANTE E OUTROS PRODUTOS AFINS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	553	10/02/2014	MS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA - ME	666,99	666,99	666,99	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, HIGIENE, E LIMPEZA PARA ATENDER OS PROGRAMAS FEDERAIS E DEMAIS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE GRAVATAL.
Prefeitura Municipal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	563	12/02/2014	MS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE	389,90	389,90	389,90	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, HIGIENE E LIMPEZA, PARA ATENDER OS PROGRAMAS FEDERAIS E DEMAIS

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
de Gravatal	Educação				LIMPEZA LTDA - ME				NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	566	12/02/2014	SUPERMERCADO SAO JORGE LTDA	24.823,77	24.823,77	24.823,77	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, HIGIENE E LIMPEZA, PARA ATENDER OS PROGRAMAS FEDERAIS E DEMAIS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	567	12/02/2014	SUPERMERCADO SAO JORGE LTDA	1.579,17	1.579,17	1.579,17	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, HIGIENE E LIMPEZA, PARA ATENDER OS PROGRAMAS FEDERAIS E DEMAIS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	669	20/02/2014	SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA	316,08	316,08	316,08	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, HIGIENE E LIMPEZA, PARA ATENDER OS PROGRAMAS FEDERAIS E DEMAIS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	757	28/02/2014	SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA	281,38	281,38	281,38	REF.COMPRAS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA UM COFF BREAK PARA REUNIÃO DE TREINAMENTO COM DIRETORES E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. (Compra Direta Nº 229/2014)
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	821	07/03/2014	ANA AURORA DE OLIVEIRA ALVES DOS SANTOS	799,59	799,59	799,59	PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA COM ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E TRANSPORTE DE 04(QUATRO) PESSOAS, PARA A FUNCIONÁRIA ANA AURORA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, REFERENTE A APRESENTAÇÃO DO PROJETO: A CRIAÇÃO DE VACA COMO UMA ATIVIDADE ECONÔMICA, SUSTENTÁVEL E RENTÁVEL-VINCULADO AO PROJETO VERDE É VIDA-AFUBRA/2013, A REALIZAR-SE NOS DIAS 25 E 26 DE MARÇO DE 2014, NA CIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL-SC.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	831	12/03/2014	TRANSPORTES CAPIVARI LTDA	9.476,46	9.476,46	9.476,46	AQUISIÇÃO DE PASSES PARA TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	969	28/03/2014	CIEE SC CENTRO DE INT. EMP. ESC. DO EST. DE SC	6.000,00	6.000,00	6.000,00	1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº029/2013, PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	971	28/03/2014	CIEE SC CENTRO DE INT. EMP. ESC. DO EST. DE SC	2.716,98	2.716,98	2.716,98	1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº029/2013, PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	986	28/03/2014	CIEE SC CENTRO DE INT. EMP. ESC. DO EST. DE SC	2.750,00	2.750,00	2.750,00	2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº029/2013, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	998	31/03/2014	RAFAEL CARVALHO VIEIRA 03466597951	4.760,00	4.760,00	4.760,00	O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM PROMOVER AULAS TEÓRICAS E PRÁTICAS DAS MODALIDADES CORPORAL, MUSICAL, PLÁSTICA, ORAL E ESCRITA, ENVOLVENDO CULTURA POPULAR, JOGOS, DANÇAS E TEATROS.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1104	03/04/2014	DEYVID DA SILVA DOS SANTOS	125,00	125,00	125,00	PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA COM ALIMENTAÇÃO, PARA O FUNCIONÁRIO DEYVID DA SILVA DOS SANTOS, E 06(SEIS) PESSOAS REFERENTE A JOGOS ABERTOS DA TERCEIRA IDADE, A REALIZAR-SE NO DIA 10 DE ABRIL DE 2014, NA CIDADE DE TUBARÃO/SC.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1107	03/04/2014	DEBORA DA SILVA FLORIANO	496,70	496,70	496,70	PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA COM ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E TRANSPORTE DE 03(TRÊS) PESSOAS, REFERENTE A PNAE: EXECUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CARDÁPIO À PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL NO SIGPC, A REALIZAR-SE NOS DIAS 22 E 23 DE ABRIL DE 2014, NA CIDADE DE JOINVILLE/SC.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1226	25/04/2014	QUALY FOOD ASSESSORIA E CONSULTORIA EM NUTRICAÇÃO S/	200,00	200,00	200,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE PAGAMENTO DO CURSO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: MUITO ALÉM DO CARDÁPIO, PARA A NUTRICIONISTA RESPONSÁVEL TÉCNICA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1232	25/04/2014	ADELSON DE SOUZA	434,00	434,00	434,00	PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA COM ALIMENTAÇÃO PARA O FUNCIONÁRIO ADELSON DE SOUZA E MAIS 14(QUARTOZE) PESSOAS, REFERENTE JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA, A REALIZAR-SE NOS DIAS 30 DE ABRIL, 01 E 03 DE MAIO DE 2014 NA CIDADE DE RIO FORTUNA/SC.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1296	02/05/2014	ADELSON DE SOUZA	1.820,54	1.820,54	1.820,54	PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA COM ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM PARA O FUNCIONÁRIO ADELSON DE SOUZA E 06(SEIS) PESSOAS, REFERENTE A JASTI-JOGOS ABERTOS DA TERCEIRA IDADE, A REALIZAR-SE NOS DIAS 13 A 17 DE MAIO DE 2014 NA CIDADE DE CANOINHAS/SC.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1951	08/07/2014	ALBINO EVENTOS E PUBLICIDADES LTDA-ME	1.120,00	1.120,00	1.120,00	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM VOLANTE (CARRO DE SOM), PARA VEÍCULOS DE CAMPANHAS E EVENTOS DIVERSOS, DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2127	30/07/2014	ENCOSTAS DA SERRA GERAL ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM L	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A FORMAÇÃO DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DE FRUTAS E HORTALIÇAS COM OS ALUNOS DO PROJETO VERDE É VIDA DA E.E.B. JOSÉ CARDOSO DE AGUIAR EM SANTA ROSA DE LIMA/SC.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2129	30/07/2014	EXT COMERCIAL DE EXTINTORES SUL LTDA - ME	520,00	520,00	520,00	PELA DESPESA EMPENHADA S/ FORNECIMENTO DE 05(CINCO) EXTINTORES PQS 4KG SENDO 03(TRÊS), PARA O GINÁSIO DE ESPORTES VALENTIM ADOLFO KINDERMANN E 02(DOIS) PARA O GINÁSIO DE ESPORTES ANTÔNIO ADOLFO RIBEIRO.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2200	08/08/2014	SUPERMERCADO SAO JORGE LTDA	132,88	132,88	132,88	REF.COMPRAS DE COPO TÉRMICO, PRATO LAMINADO, GARFO E COLHER DESCARTÁVEL PARA A BARRACA DA MERENDA ESCOLAR QUE SERÁ FEITA NA QUERMESSE CULTURAL DE GRAVATAL. (Compra Direta Nº 813/2014)
Prefeitura	01 - Receitas de Impostos	361	2331	29/08/2014	AUTO MECANICA	181,00	181,00	181,00	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Gravatal	e Transf de Impostos: Educação				LESSA LTDA-ME				MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2334	29/08/2014	AUTO MECANICA LESSA LTDA-ME	259,01	259,01	259,01	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2342	29/08/2014	TEMPORARY ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA EPP	1.200,00	1.200,00	1.200,00	LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO DESFILE DE 7 DE SETEMBRO.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2344	29/08/2014	FABIO GONCALVES LUZ - ME	200,00	200,00	200,00	REF.FAIXA DE LONA IMPRESSA E BANNER DE LONA IMPRESSA PARA DESFILE DE 7 DE SETEMBRO. (Compra Direta Nº 874/2014)
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2628	16/10/2014	CIEE SC CENTRO DE INT. EMP. ESC. DO EST. DE SC	5.650,00	5.650,00	5.650,00	1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº029/2013, PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL.
Prefeitura Municipal de Gravatal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2831	27/11/2014	VALERIO FILETI	80,00	80,00	80,00	PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA COM ALIMENTAÇÃO PARA O FUNCIONÁRIO VALÉRIO FILETI E MAIS 03(TRÊS) PESSOAS REFERENTE VIAGEM À CAPITAL DO ESTADO FLORIANÓPOLIS/SC, PARA RECEBER E TRANSPORTAR UMA RETROESCAVADEIRA JCB MODELO 3C, CEDIDA PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA-FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
Prefeitura Municipal de Gravatal	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	361	386	23/01/2014	RECAUCHUTAGEM CARRETEIRO LTDA - ME	1.540,00	1.540,00	1.540,00	AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, E SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
<b>TOTAL</b>						<b>131.937,97</b>	<b>131.937,97</b>	<b>131.937,97</b>	

### Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit	
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados			Restos a Pagar Não Processados
		Aumenta	Diminui						
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>									
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
16	74,15	0,00	0,00	74,15	0,00	0,00	0,00	74,15	Superávit
18	20.812,04	0,00	0,00	20.812,04	0,00	0,00	0,00	83.662,57	Superávit
19	62.850,53	0,00	0,00	62.850,53	0,00	0,00	0,00		
22	11.676,49	0,00	0,00	11.676,49	0,00	0,00	0,00	11.676,49	Superávit
23	127.420,42	0,00	0,00	127.420,42	-67,00	0,00	0,00	127.487,42	Superávit
24	2.995.081,81	0,00	0,00	2.995.081,81	0,00	-4.024,83	1.958.204,85	1.040.901,79	Superávit
43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-167.870,33	0,00	167.870,33	Superávit
46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
52	64.271,09	0,00	0,00	64.271,09	0,00	0,00	0,00	64.271,09	Superávit
54	19.459,76	0,00	0,00	19.459,76	0,00	0,00	0,00	19.459,76	Superávit
55	59.124,22	0,00	0,00	59.124,22	0,00	0,00	0,00	59.124,22	Superávit
56	15.654,36	0,00	0,00	15.654,36	0,00	0,00	0,00	15.654,36	Superávit
58	13.980,43	0,00	0,00	13.980,43	0,00	0,00	13.980,43	0,00	Superávit
60	10.451,41	0,00	0,00	10.451,41	0,00	2.833,45	0,00	7.617,96	Superávit
61	20.740,31	0,00	0,00	20.740,31	0,00	0,00	0,00	20.740,31	Superávit
62	52.093,74	0,00	0,00	52.093,74	0,00	-5.611,90	22.555,71	35.149,93	Superávit
64	437.149,17	0,00	0,00	437.149,17	67,00	0,00	0,00	437.082,17	Superávit
65	46.058,77	0,00	0,00	46.058,77	0,00	0,00	0,00	46.058,77	Superávit
66	81.147,46	0,00	0,00	81.147,46	-10,00	0,00	13.330,24	67.827,22	Superávit
67	4.090,06	0,00	0,00	4.090,06	0,00	0,00	0,00	4.090,06	Superávit
71	150.195,26	0,00	0,00	150.195,26	0,00	0,00	148.806,30	1.388,96	Superávit
83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>									
0	590.768,14	0,00	107.539,64	483.228,50	78.750,10	197.526,13	-0,01	206.952,28	Superávit
1	8.516,62	0,00	0,00	8.516,62	0,00	5.824,22	0,00	2.692,40	
2	27.887,66	0,00	0,00	27.887,66	20.039,23	0,00	4.831,17	3.017,26	
<b>T.</b>	<b>627.172,42</b>	<b>0,00</b>	<b>107.539,64</b>	<b>519.632,78</b>	<b>98.789,33</b>	<b>203.350,35</b>	<b>4.831,16</b>	<b>212.661,94</b>	<b>Superávit</b>

Obs: Composição das contas do Passivo Financeiro com saldo devedor, por Fonte de Recursos:

## a) Depósitos:

FR	Conta	Nome Conta	órgão	Soma de debito	Soma de credito	Soma de Saldo
23	211140200	ISS	Fundo Municipal de Saúde de Gravatal	19,00	19,00	0,00
	211499900	= OUTROS DEPOSITOS	Fundo Municipal de Saúde de Gravatal	300.322,21	300.255,21	-67,00
<b>23 Total</b>				<b>300.341,21</b>	<b>300.274,21</b>	<b>-67,00</b>
66	211499900	= OUTROS DEPOSITOS	Fundo Municipal de Saúde de Gravatal	7.472,45	7.462,45	-10,00
<b>66 Total</b>				<b>7.472,45</b>	<b>7.462,45</b>	<b>-10,00</b>
<b>Total geral</b>				<b>307.813,66</b>	<b>307.736,66</b>	<b>-77,00</b>

## b) Restos a Pagar Processados:

FR	Conta	Nome Conta	órgão	Soma de debito	Soma de credito	Soma de Saldo
24	212110100	= DO EXERCICIO	Prefeitura Municipal de Gravatal	2.116.135,43	2.112.110,60	-4.024,83
	212110200	= DE EXERCICIOS ANTERIORES	Prefeitura Municipal de Gravatal	4.024,83	4.024,83	0,00
	212190801	= DO EXERCICIO	Prefeitura Municipal de Gravatal	2.048,72	2.048,72	0,00
	212199900	= OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	Prefeitura Municipal de Gravatal	17.810,05	17.810,05	0,00
<b>24 Total</b>				<b>2.140.019,03</b>	<b>2.135.994,20</b>	<b>-4.024,83</b>
43	212110100	= DO EXERCICIO	Prefeitura Municipal de Gravatal	167.870,33	0,00	-167.870,33
	212110200	= DE EXERCICIOS ANTERIORES	Prefeitura Municipal de Gravatal	167.870,33	167.870,33	0,00
<b>43 Total</b>				<b>335.740,66</b>	<b>167.870,33</b>	<b>-167.870,33</b>
62	212110100	= DO EXERCICIO	Prefeitura Municipal de Gravatal	312.425,44	306.813,54	-5.611,90
	212110200	= DE EXERCICIOS ANTERIORES	Prefeitura Municipal de Gravatal	5.611,90	5.611,90	0,00
<b>62 Total</b>				<b>318.037,34</b>	<b>312.425,44</b>	<b>-5.611,90</b>
<b>Total geral</b>				<b>2.793.797,03</b>	<b>2.616.289,97</b>	<b>-177.507,06</b>

## c) Restos a Pagar Não Processados:

FR	Conta	Nome Conta	órgão	Soma de debito	Soma de credito	Soma de Saldo
0	212160202	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	Prefeitura Municipal de Gravatal	31.340,79	31.340,78	-0,01
	212160203	NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Prefeitura Municipal de Gravatal	29.850,00	29.850,00	0,00
<b>0 Total</b>				<b>61.190,79</b>	<b>61.190,78</b>	<b>-0,01</b>
<b>Total geral</b>				<b>61.190,79</b>	<b>61.190,78</b>	<b>-0,01</b>